

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO Nº 069/2022/ JURÍDICO/ CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA-SP

Projeto de Lei nº 061, de 24 de agosto de 2022

Assunto: DESAFETAÇÃO DO USO COMUM, SITUADO NO LOTEAMENTO DENOMINADO “MORADA DO VERDE”, MUNICÍPIO DE IGARAPAVA-SP, DE ACORDO COM AS SEGUINTE ÁREAS E ESPECIFICAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Prefeito Municipal de Igarapava-SP

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE DESAFETAÇÃO DO USO COMUM DE ÁREA. DESAFETAÇÃO DE BEM PÚBLICO MEDIANTE AUTORIZAÇÃO LEGAL. POSSIBILIDADE. IMÓVEL DESTINADO A PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. RECOMENDAÇÃO.

I – RELATÓRIO

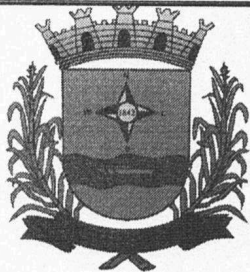
Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a desafetação de uso comum de área para fins da Lei nº 1073 de 28 de setembro de 2022, a qual disciplina a criação e instituição do programa municipal de habitação popular denominado “boa moradia” com a finalidade de doação de lotes urbanizados para construção de unidades habitacionais de interesse social.

É o breve relatório, passo a opinar.

II – ANÁLISE JURÍDICA

De início, imperioso destacar que o exame do Setor Jurídico se circunscreve tão somente à matéria jurídica envolvida, tendo por base os documentos anexados, não sendo

Paula Vitoria de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

sua competência examinar o mérito do tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade das autoridades competentes.

II.1) Competência e iniciativa

O projeto é de autoria do Prefeito Municipal de Igarapava-SP, senhor José Ricardo Rodrigues Mattar. Consoante determina o artigo 39, da Lei Orgânica do Município de Igarapava-SP, bem como artigo 140, §1º, inciso III, do Regulamento Interno da Câmara Municipal de Igarapava-SP, o Prefeito Municipal possui iniciativa para propositura de Projetos de Lei.

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 30, inciso I, dispõe que compete ao Município “legislar sobre assuntos de interesse local”. A desafetação de imóvel da municipalidade denota um interesse local.

A Lei Orgânica do Município de Igarapava-SP, em seu artigo 61, inciso XXVI, dita ser de competência do Prefeito Municipal “**providenciar a administração dos bens do Município** e sua alienação, na forma da lei.”

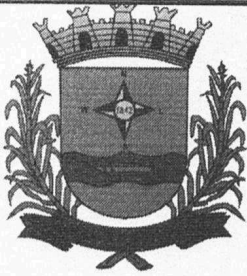
Isto posto, sob o ponto de vista jurídico, a competência e iniciativa para a propositura de Projeto de Lei que visa a desafetação de área institucional estão corretas.

II.2) Matéria do Projeto de Lei

O Projeto de Lei, em exame, em seu artigo 1º visa desafetar do uso comum o loteamento denominado “Morada do Verde”.

Conforme ensinamentos da doutrina jurídica:

Raissa Vieira de Gouveia



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

(...) pode conceituar-se a afetação como sendo o fato administrativo pelo qual se atribui ao bem público uma destinação especial de interesse direto ou indireto da Administração. E a desafetação é o inverso: é o fato administrativo pelo qual um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior. Em tal situação, como já se afirmou corretamente, a desafetação traz implícita a faculdade de alienação do bem.¹

Desse modo, busca a municipalidade desvincular o bem imóvel de seu uso comum, podendo o bem com a desafetação ser alienado.

Quanto às categorias dos bens públicos, o Código Civil Brasileiro, em seu artigo 99, disciplina ser bem público os bens: de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, entre outros; de uso especial, como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal; dominicais, que integram o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público.

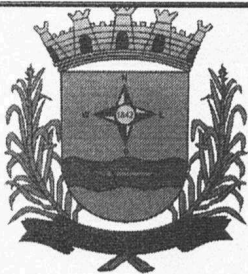
No que tange à existência de interesse público no referido Projeto, caberá aos nobres vereadores desta Casa de Leis apreciá-la, já que são representantes do povo e, por conseguinte, representam o interesse público. A doutrina jurídica define-o como: “(...) o interesse resultante do conjunto dos interesses que os indivíduos pessoalmente têm quando considerados em sua qualidade de membros da Sociedade e pelo simples fato de o serem.”²

Portanto, é juridicamente possível a desafetação, a qual deve ser feita por intermédio de Lei. Logo, o que se almeja com o Projeto de Lei em exame é a aprovação, pelo meio jurídico hábil, da desafetação, considerando os motivos nele expostos. Assim, caberá aos nobres vereadores a análise do interesse público existentes na desafetação tal como foi proposta.

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 31 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017, p. 1225.

² MELLO, Celso Antônio Bandeira. *Curso de Direito Administrativo*. 33. ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional 92, de 12.7.2016. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 62.

Raissa Vieira de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

Ainda, merece destaque que a lei nº 8.666/93 enuncia ser cabível a doação de imóveis para fins de execução de programas municipais e dispensa a licitação, entretanto, mesmo nessa hipótese, deve-se atender aos requisitos legais descritos no art. 17 da referida norma, quais sejam:

- I) Interesse público devidamente justificado;
- II) Autorização legislativa;
- III) Avaliação dos bens a serem doados.

A autoridade competente para análise do interesse público são os nobres vereadores, representantes do povo. Quanto à autorização legislativa, é o que se busca com o Projeto de Lei apresentado. Por fim, quanto à avaliação dos bens a serem doados, não consta do Projeto.

II.3) Da técnica legislativa

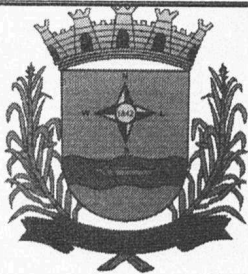
No Projeto de Lei nº 061/2022, não há nada que impeça sua leitura e compreensão, estando de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95/1998, em observância ao parágrafo único do artigo 59 da Constituição da República Federativa do Brasil.

III – CONCLUSÃO

À vista do exposto, para a completa regularidade jurídica do Projeto de Lei nº 061/2022, necessário se faz a juntada da avaliação do loteamento a ser doado, para fins de atendimento aos ditames legais.

A opinião do Setor Jurídico não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, visto que estas são compostas por representantes do povo.

Raissa Vieira de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

Ademais, quanto ao mérito, não cabe a esta advogada opinar, pois cabe aos ilustres vereadores, no exercício de sua função legislativa, averiguar a viabilidade da aprovação, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer, de **caráter opinativo**, salvo melhor juízo.

Igarapava-SP, 10 de outubro de 2022

Raíssa Vieira de Gouveia
Raíssa Vieira de Gouveia

Advogada da Câmara Municipal de Igarapava-SP
OAB/SP 474.477-Suplementar